

3

“A lenda se escorre a entrar na realidade”

“Noite de Saudade”

A noite vem pousando devagar
Sobre a terra que inunda de amargura...
E nem sequer a bênção do luar
A quis tornar divinamente pura...

Ninguém vem atrás dela a acompanhar
A sua dor que é cheia de tortura...
E eu ouço a Noite imensa soluçar!
E eu ouço soluçar a Noite escura!

Porque és assim tão ‘scura, assim tão triste?
É que talvez, ó Noite, em ti existe
Uma Saudade igual à que eu contenho!

Saudade que eu não sei donde me vem...
Talvez de ti, ó Noite!... Ou de ninguém!...
Que eu nunca sei quem sou, nem o que tenho!
(Florbela Espanca, *Livro de mágoas*)

Na reflexão que ora iniciamos pretendemos estabelecer a relação entre Literatura, Imaginário e Cultura, buscando pensar a Saudade como um mito cultural português. Trazendo à luz alguns aspectos literários, históricos e filosóficos da Saudade e da sua relação com o imaginário português, nossa leitura focalizará um dos mitos portugueses que mais freqüentemente surge como tema literário: a trágica história de Pedro e Inês.

Gilbert Durand conceitua o imaginário como “a faculdade de simbolização de onde todos os medos, todas as esperanças e seus frutos culturais jorram continuamente desde os cerca de um milhão e meio de anos que o *homo erectus* ficou em pé na face da Terra”.¹⁷ Neste âmbito, entenderemos o conceito de imaginário não simplesmente como usualmente é concebido – uma imaginação criadora, sendo uma representação literária ou ficcional da realidade.

Partindo dessa reflexão, buscaremos uma aproximação entre *Memória* e *Saudade*, principalmente no dito caso de que Inês de Castro e D. Pedro são símbolos máximos. Muito nos servimos das divagações filológicas e literário-históricas de Carolina Michaëlis de Vasconcelos n’ *A saudade portuguesa* e dos

¹⁷ DURAND, Gilbert. *O Imaginário*. 3. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2004, p.117.

ensaios de Eduardo Lourenço na *Mitologia da saudade* – esta que tem sido construída e reconstruída através do tempo, erguendo-se como uma espécie de “brasão da sensibilidade nacional”.

É Lourenço quem interpreta a *saudade* como o maior dos ícones da cultura de Portugal, estando, portanto, sempre presente na trama do imaginário português. Chega, então, à conclusão de que o universo cultural lusitano arrasta há quatro séculos uma existência crepuscular. Cabe lembrar que há dois crepúsculos: o da tarde que anuncia a noite, o da manhã, que anuncia o sol. E nesse entre-lugar nascem os mitos portugueses, repletos das sombras da noite, ansiosos por respirar o ar da manhã. É o que passaremos a estudar.

3.1 Literatura, imaginário e cultura

Denis de Rougemont, em seu clássico estudo sobre as origens do amor romântico na cultura ocidental, destaca que

O amor feliz não tem história. Só existem romances do amor mortal, ou seja, o amor ameaçado e condenado pela própria vida. O que o lirismo ocidental exalta não é o prazer dos sentidos nem a paz fecunda do par amoroso. É menos o amor realizado do que a *paixão* de amor. E paixão significa sofrimento. Eis o fato fundamental.¹⁸

O amor de D. Pedro e Inês de Castro é o capítulo da História de Portugal que surge com maior frequência no âmbito literário, ultrapassando fronteiras lingüísticas e culturais. Tamanha repercussão temática se deve, em grande parte, a toda a força simbólica que emerge do trágico episódio, concretização de um dos mitos eternos da humanidade: o amor que resiste ao tempo e recusa a morte.. Daí compreendermos que, passados 650 anos da morte de Inês de Castro, a trágica história de que se tornou protagonista tem-se tornado fonte de inspiração para diversas manifestações artísticas.

Afirma Maria Leonor Machado de Sousa que, através de um estudo temático, é possível encontrar várias “heroínas paralelas” a Inês de Castro, que viveram episódios semelhantes em tragédia:

¹⁸ ROUGEMONT, Denis de. *História do Amor no Ocidente*. 2. ed. reform. São Paulo: Ediouro, 2003, p. 24.

[...] é possível encontrar na história dos vários países europeus episódios que, nas suas linhas gerais, se assemelham ao da crónica portuguesa, mais completos nos elementos que o constituem – o que justifica uma maior projeção internacional – mas nem por isso único nas suas implicações. Encarando as motivações que levaram ao drama das mulheres cuja paixão amorosa por príncipes acarretou a sua própria destruição, com resultados mais ou menos espetaculares, é possível encontrar na história de muitos países – talvez de todos – figuras a que se pode chamar “heroínas paralelas” da Inês de Castro galega que, pelas circunstâncias da sua vida e morte, se tornou símbolo do amor português.¹⁹

Nas *Adivinhas de Pedro e Inês*, romance em que muitos críticos situam entre a História e a ficção, Agustina Bessa-Luís ratifica a difusão do tema inesiano pela Europa, constatando que houve, também, um casal que viveu amor semelhante ao de Pedro e Inês de Castro:

Também na Baviera houve um caso igual ao de Inês; o caso de Agnes Bernauer que casou em segredo com o Duque Alberto III em 1432. Dois anos apenas durou este idílio [...] O pai de Alberto acusou-a de feitiçaria e mandou que fosse afogada no Danúbio, aproveitando a ausência do jovem Duque.²⁰

Unidas por um enredo trágico, estas duas “heroínas paralelas” – Inês de Castro e Agnes Bernauer – em muito se aproximam daquelas heroínas advindas das lendas. A história de Agnes da Baviera e do Duque Alberto III, porém, não recebeu techedura mítica como a tragédia de Inês e Pedro. É a constatação de que “é a História que transforma o real em discurso; é ela e só ela que comanda a vida e a morte da linguagem mítica. Longínqua ou não, a mitologia só pode ter um fundamento histórico, visto que o mito é a fala escolhida pela História”.²¹

A história cria estórias. É justamente essa interpenetração de discursos que nos possibilita caminhar para um campo outro: o da mitologia. Para Roland Barthes o mito é um sistema semiológico, não um sistema indutivo – sendo, portanto, um sistema de valores, não um sistema formal. Com isso, destaca que

[...] no mito existem dois sistemas semiológicos, um deles deslocado em relação ao outro: um sistema lingüístico, a língua (ou os modos de representação que lhe são comparados), que chamarei de *linguagem-objeto*, porque é a linguagem de que o mito se serve para construir o seu próprio sistema; e o próprio mito, que chamarei de *metalinguagem*, porque é uma segunda língua, *na qual* se fala da primeira.²²

¹⁹ SOUSA, Maria Leonor Machado de. *Inês de Castro: um tema português na Europa*. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 457.

²⁰ BESSA-LUÍS, Agustina. *Adivinhas de Pedro e Inês*. Lisboa: Guimarães, 1986, p.14.

²¹ BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003, p.200.

²² BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003, p.206.

Tudo pode ser mito, desde que, para tanto, encerre uma linguagem simbólica. Há que se ter, porém, “um uso social que se acrescenta à pura matéria”²³. Ou seja, até mesmo os fatos históricos podem constituir mitos, desde que tenham uma importância moral e afetiva para a cultura em que se inserem. No contexto português, a História e a Literatura estão intimamente ligadas. As fronteiras entre ambos os campos discursivos – o histórico e o literário – são muito tênues. O discurso literário tende a penetrar em campos outros, os quais não lhe pertencem. Investe em outros discursos.

Carolina Michaëlis de Vasconcelos²⁴, ao discutir alguns aspectos, segundo perspectivas histórico-culturais que envolvem a tradição inesiana, estabelece, no

²³ BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003, p.206.

²⁴ Cf. VASCONCELOS, Carolina Michaëlis. *A saudade portuguesa*. Lisboa: Guimarães, 1996, 13-14.

Nestas páginas, diz a filóloga:

“Com respeito aos dramas de Inês, considero como tradição histórica não só o amor de perdição do herdeiro da coroa e o seu desenlace sangrento; mas também os seus reflexos de além-tumba. Isto é o iníquo intercâmbio dos executores portugueses da ordem régia contra expatriados castelhanos, e à tremenda vingança neles realizada. Chamo histórico também, tanto o cortejo fúnebre imponente de Coimbra a Alcobça, como o juramento solene, ou sacro perjúrio, enunciado pelo filho de Afonso IV, depois de entronado, com relação ao seu casamento clandestino; e a configuração de Inês, na estátua sepulcral jazente, com coroa de rainha. Três actos consecutivos, intimamente ligados entre si e com o quarto e último: o da vingança tomada nos algozes. – Actos cujo conjunto é único na história de todas as nações, e bem merece a fórmula de “grande desvairo”, cunhada por Fernão Lopes.

São os fatos, numa palavra, narrados com eloquência, mas sem exageros por esse patriarca dos historiadores portugueses que, pela sua vez, se baseia em escritores mais antigos e em documentos coevos.

A narração dele tem, portanto, “fundamento sobre a verdade”, mesmo se a tradição popular houver começado, quer na vida de Inês, quer na noite do seu enterro, a envolver os factos no seu manto diáfano.

Fabulosa, fantasiosa é, pelo contrário, dramática fusão e transformação dos três actos fúnebres, distanciados na realidade, em um só verdadeiramente lúgubre: *a coroação* do cadáver que fora exumado. – Seis anos após o prematuro fim da mísera e mesquinha

que depois de ser morta, foi rainha!
die nach dem Tod als Kön'gin trug die Krone.

Transformação de resto quasi inevitável, e de tal intensidade poética que foi sobretudo ela que se vulgarizou dentro e fora do país, e inspirou poetas e pintores.

Fantasiada também, mas sem tanto alcance, embora muito mais bela, é a lenda: que Pedro mandara colocar o túmulo de Inês, não junto ao seu, lado a lado, no cruzeiro de Alcobça, como realmente fizera, mas pés contra pés, para que no momento de acordarem ao som da trombeta do Juízo Final, ambos pudessem, mais uma vez, confundir os seus olhos: – os pretos de azeviche do moreno justiceiro com os verde-claros da loira amada, por cuja tez branca corria o sangue azul, gótico, de d. Guterre, tronco dos Castros.

Fábula é grande parte do que se conta da *Quinta das Lágrimas*, da *Fonte dos Amores*, e dos canos de água que levavam a correspondência dos dois amantes, tal qual séculos antes, na Bretanha céltica, as missivas de Tristão e Isolda.”

seu texto, uma distinção entre o que chamou tradição histórica com “fundamento sobre a verdade” e a “fábula” ou “fantasia”, ressaltando que neste trágico episódio ambos tendem a se confundir. Os fatos envolvem-se no "manto diáfano" da fantasia. Esta se transubstancia em fatos. É a arte literária penetrando o discurso histórico.

Dessa imbricada relação entre os planos do real e do mitológico, certo é o desenlace sangrento dos amores de Inês e Pedro e todo o eco de além-tumba; toma-se como fato o grande desvario do Infante, que levantou um exército contra o próprio pai, e viu-se apenas satisfeito quando, já rei de Portugal, saciou sua sede de vingança ao ordenar a execução dos cruéis assassinos de sua amada, a um mandando arrancar o coração pelo peito, ao outro pelas espáduas; evento histórico e ímpar é a trasladação do corpo de Inês de Castro do mosteiro de Santa Clara, em Coimbra, até ao de Alcobaça, em um cortejo fúnebre como igual nunca mais houve em Portugal.

A par dos fatos, surgiram lendas nas quais pormenores infundados foram incluídos. Diz-se que D. Pedro teria coroadado a amada e feito com que todos os nobres se ajoelhassem e lhe beijassem a mão, seis anos após a sua morte. Lenda demasiado romântica – e, mais ainda, inverossímil – para se crer como verdade. Além do mais, as crônicas não deixariam passar despercebida uma cerimônia tão espantosa. Uma outra lenda, em tudo bela: a de que D. Pedro mandara pôr o seu túmulo não ao lado do de Inês, no cruzeiro de Alcobaça, mas pés contra pés, para que, ao soarem as trombetas do Juízo Final, seus olhos se pudessem, mais uma vez, encontrar.

Muito esclarecedor é o texto de Antero de Figueiredo que, com extremo cuidado, pauta seus argumentos em textos considerados coevos. Diz-nos o autor que:

Os túmulos de D. Pedro e D. Inês de Castro estão numa pequena e sombria capela gótica feita no século XVII, no lado baixo do braço direito da cruz formada pela nave principal, capela-mor e arco cruzeiro, da igreja de Alcobaça. Estão próximos, pés com pés – posição que criou a lenda de que fôra D. Pedro que propositadamente os colocara assim para que, no Dia do Juízo, ao levantarem-se os corpos nas sepulturas, os dois amantes dessem logo com os olhos um no outro. É mais uma bela lenda...[...] Aí estariam os túmulos até princípios do século XIX, quando uma dolorosa circunstância os frades a mudarem-nos para a capela, onde hoje estão: o vandalismo da soldadesca francesa do exército de Masena, em 1810. Estando os túmulos a par um do outro, D. Pedro dando a esquerda a D. Inês, os soldados arrombaram-nos por onde melhor podiam: – pelo lado de f ora e pelos

pés. Depois, tapados pelos frades, a pedra e cal, os grandes lombos, impunha-se esconder êsses destroços, e isto só se podia conseguir virando os sarcófagos para uma parede, ou, melhor, colocando-os ao fundo da sombria capela em que estão, com os concertos voltados para a parede, de maneira que quem entrasse não via esses formidáveis estragos. Daqui resultou ficarem os túmulos pés com pés”.²⁵

O episódio de Inês de Castro tem sido um desses não raros momentos em que o mito – no dizer de Fernando Pessoa, “o nada que é tudo” – assume ares de fato. Destaca-se, quanto a isso, uma importante razão: o da imprecisão – ou precariedade – dos registros históricos. Sob o olhar historiográfico pouco se pode precisar. Parece, aliás, tratar-se de uma história que escapa às abordagens da História. Muitos historiadores, inclusive, tentaram desmistificar, sob a luz da interpretação política, os amores de Pedro e Inês. A fria leitura, porém, é sempre desafiada por algo que parece mais forte, mais verdadeiro, sobrepondo-se a tudo o mais: a força poética que a tradição atribui a este triste episódio.

Conforme destaca Maria Leonor Machado de Sousa:

A personalidade de Inês é-nos totalmente desconhecida. De razões que justificassem a louca paixão que inspirou só conhecemos uma beleza que parece dever considerar-se incontestável. Para além dela, é tão verosímil a rapariga frágil e ingénua que se perdeu por amor como a intriguista artificiosa e cheia de ambição que alguns historiadores nela quiseram ver, a vítima dócil de um decreto inabalável ou a mulher segura de si e do seu direito de viver, que lutou até ao fim contra o destino e uma vontade prepotente. Pelos tempos fora, vários autores tentaram dar carácter e vida à personagem cujo único retrato é a sua estátua jacente, que transmitiu um sorriso ingénua e meigo, mas nada ficou na História que legitime qualquer dessas criações. De facto, Inês de Castro é uma figura que só chegou até nós em atitudes passivas: foi trazida no séquito de uma princesa, foi exilada por um rei, mandada regressar por um príncipe e por ele aposentada sucessivamente em diversas povoações, onde a tradição quase nada fixou, até ser morta por razão de uma vaga desconfiança política que a argumentação histórica muitas vezes tem posto em causa. A entrevista com o Rei, que poetas e cronistas relataram e que teria sido a sua primeira e última iniciativa, parece a alguns comentadores não ser logicamente admissível: não se enquadraria no processo legal e do protocolo d a época, nem tão-pouco a justificariam as relações entre Inês e a Corte, de que ela vivia anos afastada. No entanto, o peso das fontes documentais que apoiam a sua veracidade não pode ser facilmente contestado.²⁶

É a partir dos fatos obscuros – a personalidade de Inês, a existência ou não de casamento entre Inês e Pedro, a ocorrência de um julgamento que a levou à

²⁵ FIGUEIREDO, Antero de. *D. Pedro e D. Inês: “o grande desvayro”*. Lisboa: Bertrand, 1917. p. 277-279.

²⁶ SOUSA, Maria Leonor Machado de. *Inês de Castro: um tema português na Europa*. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 11.

morte (execução ou assassínio?), apenas para citar alguns – que as expressões artísticas, no nosso presente estudo, a Literatura, especificamente, procuram preencher as lacunas deixadas pela História. Ou melhor, é a partir das brumas históricas que a Literatura revitalizará, no contexto ficcional, a História.

Caminhando pelos territórios do mito e de suas ficções, destaca Claude Lévi-Strauss, a respeito da mitificação de fatos históricos, que “o caráter aberto da História está assegurado pelas inúmeras maneiras de compor e recompor as células mitológicas ou as células explicativas que eram originariamente mitológicas”²⁷. O mito de Inês de Castro, que bem ilustra a retomada das *células mitológicas* de que fala Lévi-Strauss, tem servido como um mote para recuperar o passado histórico português.

Deve-se a Fernão Lopes muito do que hoje se sabe sobre certos pormenores da Idade Média portuguesa. Enquanto reinava D. João I, em 1418, o Infante D. Duarte – encarregado do “conselho, justiça e da fazenda” – nomeia-o “guarda das escrituras” da Torre do Tombo, o Arquivo Nacional português. Quando, em 1434, D. Duarte sucede a seu pai, incumbe Fernão Lopes de “poer em carónica” a vida dos reis de Portugal, do Fundador D. Henrique até a D. João I.

Apenas tem-se notícia de três desses textos: *Crónica de D. Pedro*, *Crónica de D. Fernando*, *Crónica de D. João*. Buscando “escrever verdade, sem outra mistura” pode-se dizer que o cronista se destaca como o primeiro historiador português.²⁸

É na sua *Crónica de D. Pedro* que se encontra uma das primeiras referências ao drama de Inês de Castro. Concentrando a atenção na figura do rei, dedica parte

²⁷ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mito e Significado*. Lisboa: Edições 70, 1987, p.60.

²⁸ Ainda que muito se diga em contrário, concordamos com António José Saraiva e Óscar Lopes: “Como guarda-mor da Torre do Tombo, Fernão Lopes tinha ao seu alcance os arquivos do Estado, circunstância de que soube fazer uso, transcrevendo, resumindo e aproveitando a correspondência diplomática, os diplomas legais, os capítulos da Cortes, e outra documentação, que ainda enriqueceu examinando, fora da Torre do Tombo, os cartórios das igrejas e lápides de sepulturas. Com este material foi-lhe possível fazer a crítica e a correção de memórias existentes, segundo um método que se assemelha ao de dois ou três séculos mais tarde. Sempre que uma tradição ou uma memória é desmentida pelos documentos, Fernão Lopes rejeita-a; e, avançando nesse caminho, declara submeter a uma revisão metódica todos os relatos que lhe chagavam às mãos, notando as suas contradições e inverosimilhanças, e decidindo-se, à falta de documento, pela versão que julga “mais chegada à razão”. Até hoje não foi possível desmentir, em nada de importante, a informação desta obra sob o ponto de vista documental, e as polémicas que se travaram sobre o valor histórico de Fernão Lopes, quando acusado de denegrir a figura de D. Pedro ou de caluniar os inimigos de D. João I, nomeadamente D. Leonor Teles, só têm levado a confirmar o escrúpulo do cronista de se estribar em documentos autênticos, embora sem as transcrições explícitas que apenas principiarão a impor-se dois séculos mais tarde”. (Cf. SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*. 17. ed. Porto: Porto Editora, 1996, p.124)

da crônica a relatar o “grande desvayro” de D. Pedro. Consciente do poder discursivo de que é dotado, Fernão Lopes glorifica o amor de Inês e Pedro, ressaltando as atitudes deste rei quando, na morte da amada, busca preservar a sua memória.

[...] semelhante amor, qual elRei Dom Pedro ouve a Dona Enes, raramente he achado em alguuma pessoa, porem disserom os antiigos que nenhuum he tam verdadeiramente achado, como aquel cuja morte nom tira da memoria o grande espaço do tempo. E se algum disser que muitos foram ja que tanto e mais que el amarom, assi como Adriana e Dido, e outras que nom nomeamos, segumdo se lee em suas epistolas, respomdesse que nom fallamos em amores compostos, os quaaes alguuns autores abastados de eloquencia, e florecentes em bem ditar, hordenarom segumdo lhes prougue, dizemdo em nome de taaes pessoas, razões que numca nenhuuma dellas cuidou; mas fallamos daquelles amores que se contam e leem nas estorias, que seu fundamento teem sobre verdade.²⁹

Estão aí as primeiras sementes para a criação de algo que ainda estava por se definir, mas que emerge com qualquer coisa de grandioso e de incomum. Fernão Lopes recorre à mitologia para descrever a intensidade do amor que une Pedro a Inês de Castro. Para tanto, toma como referência a comparação com duas personagens-símbolo do amor infeliz: Ariadne e Dido. Parece haver uma afinidade entre Pedro e ambas. Se elas se entregaram a um amor que ameaçava o equilíbrio entre o desejo individual e o coletivo, Pedro também o fez, quando renuncia a tudo o mais pela mulher amada.

Fernão Lopes preocupa-se em criar uma imagem do amor de Pedro e Inês que contenha marcas precisas da natureza desse sentimento. Evoca, pois, a memória, esta força da vitória sobre o tempo, como prova da permanência e veracidade do amor. Atesta o cronista que “nenhum [amor] é tão verdadeiramente achado como aquele cuja morte não tira da memória o grande espaço de tempo”. É, afinal, uma crença na eternidade. A morte não é um fim definitivo. Ao contrário, ela é a força vital desse amor, deste “verdadeiro amor [que] houve el-Rei D. Pedro a D. Inês”.

O tema dos amores de Pedro e Inês, uma vez iniciado nas páginas de Fernão Lopes, encontrou eco em diversas épocas e nas mais variadas expressões de Arte. Seja em Portugal, em seu vizinho Ibérico ou, mais amplamente, na Europa, a lenda – nascida dos elementos históricos – ganha projeção artística. Do que até

²⁹ LOPES, Fernão. *Crônica de D. Pedro I*. Porto: Livraria Civilização, 1963, p.199-200.

então se tem notícia, é Garcia de Resende em suas *Trovas à morte de D. Inês de Castro* que faz estrear um tema que haveria de encontrar continuidade na *Visão* de Anrique da Mota. Ambas as obras marcaram uma primeira representação na Literatura Portuguesa: as *Trovas* de Resende, escritas em décimas de redondilha maior, são o primeiro monólogo biográfico. Anrique da Mota mescla trechos em prosa-poética – descrevendo a fantástica viagem do autor, cujo cavalo o levou a um mundo em que lhe foi permitido ver a tragédia de Inês –, e trechos em verso – declarações de Pedro e Inês de Castro. Além disso, a *Visão* “apresenta um quadro bucólico que, a partir de Camões, ficaria indissolúvelmente ligado à história de Inês: as flores e a água, que em *Os Lusíadas* seriam ‘as ervinhas’ e as ‘boninas’ dos ‘saudosos campos do Mondego’, e a Fonte dos Amores”.³⁰

Foi justamente com Camões, n’ *Os Lusíadas*, que o episódio atingiu a maior potencialidade lírica. A tal ponto que nós, leitores, esquecemos tratar-se da voz de Vasco da Gama a contar ao rei de Melinde a História de Portugal. Em 1587 publica-se a peça de António Ferreira, *Castro*, obra de força dramática e psicológica, que dá grande vazão às razões de Estado. Além disso, desponta como a primeira tragédia clássica de Língua Portuguesa – e, transcendendo os marcos histórico-literários, é a primeira tragédia europeia escrita sobre um tema moderno.

Como sucesso internacional, vale destacar, na Espanha, Jerónimo Bermudez com *Nise lastimosa* (1571) – uma releitura da *Castro* de Ferreira – e *Nise laureada* (1577), cujo tema é a vingança que D. Pedro, sendo rei, tomou dos assassinos da sua amada e a coroação do cadáver de Inês. Destacam-se também Luis Vélez de Guevara com *Reinar después de morir* (1625) e Lope de Vega e seu drama *Doña Ynes de Castro* (1618). Contemporaneamente, Alejandro Casona escreveu *Corona de amor y muerte*. Na Literatura Francesa encontramos Antonine Houdar de la Motte com *Inês de Castro* (1723) e Henry de Montherlant com *La Reine morte* (1942). Na Itália, somam-se mais de 120 composições líricas em torno dos amores de Pedro e Inês de Castro. A Literatura Brasileira também encontrou motivo poético no drama de Inês de Castro. Deixemos, porém, a leitura para mais adiante, no momento oportuno.

Importa-nos, por hora, entender a importância do tema inesiano no imaginário português e os sentidos de seu sucesso internacional. Importa-nos

³⁰ SOUSA, Maria Leonor Machado de. *Inês de Castro na Literatura Portuguesa*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1984, p.10.

entender de que forma os versos de Fernando Pessoa vêm para constatar uma verdade: “a lenda se escorre / a entrar na realidade”. Como mitos da cultura portuguesa, têm ampla projeção além-fronteiras

Não nos deixa iludir o fato de que, passados 650 anos da morte de Inês de Castro, a tragédia de amor da qual foi protagonista tenha despertado interesse de artistas e historiadores de outrora e de agora. A história de Pedro e Inês – os amores e as lágrimas – é a celebração e a reabilitação do amor que, acima de tudo humano, está para além dos tempos. Até ao fim do mundo.

3.2 Portugal: Memória e Saudade

Cantada, sentida e evocada desde sempre, a saudade, como tema literário, nasce nos berços dos cantares d’ amigo. Ressalta o crítico Eduardo Lourenço que “antes de se tornar no mito que já não a deixa pensar e a configura num papel hagiográfico-patriótico, a saudade não foi mais que a expressão do excesso de amor em relação a tudo o que merece ser amado”.³¹

A cantiga “Ay eu, coitada, como vivo” – Edição fac-similada do *Cancioneiro Colocci-Brancuti*, n.º 456 – de D. Sancho o Velho, é um dos mais belos lamentos de amor na ausência. Um drama íntimo que nos reporta aos tempos do “alvorecer da poesia”. Seu autor desenvolve o tema da saudade nas suas duas componentes principais: o cuidado e o desejo. Curiosamente, em nenhum momento a palavra *saudade* é dita. São ditos, porém, os seus significados. Saudade é desejo de regresso do ser amado. É esperar, é esperança, portanto. Um lento morrer de amor:

Ay eu, coitada, como vivo
En gran cuydado por meu amigo
Que ey alongado! Muyto me tarda
O meu amigo na Guarda!

Ay eu, coitada, como vivo
En gran desejo, por meu amigo
Que tarda e non vejo! Muyto me tarda
O meu amigo na Guarda!

³¹ LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da Saudade seguido de Portugal como Destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 13.

Durante o tempo em que vigorou o Humanismo em Portugal, desenvolveu-se a chamada *Prosa doutrinária*, cujo objetivo era o de possibilitar aos nobres uma formação íntegra, seguindo discussões morais, religiosas, políticas e psicológicas. Dessa época, destacamos o *Leal Conselheiro*, de D. Duarte, obra compilada em 1437 ou 1438. Tratando-se de um escrito moral em que o rei apresenta suas considerações pautadas em experiências pessoais e em observações diretas dos fatos, expondo “uma teoria psicológica de inspiração tomista, segundo a qual a vontade inteligente predomina sobre outras faculdades da alma, seguida de um tratado sobre as virtudes e de outro sobre os pecados”.³²

No Cap. XXV do *Leal Conselheiro*, o rei descreve o nojo, o pesar, o desprazer, o avorrecimento e a suidade. Foi D. Duarte o primeiro que, na Literatura Portuguesa, “tenta definir a saudade como expressão de um sentimento contraditório e pretende fazer essa palavra intraduzível noutras línguas”.³³ É o que podemos observar na seguinte passagem:

E a suidade não descende de cada uma destas partes, mas é um sentido do coração que vem da sensualidade, e não da razão, e faz às vezes sentir os sentidos da tristeza e do nojo.

E outros vêm daquelas cousas que a homem praz que sejam, e alguns com tal lembrança que traz prazer e não pena. E em casos certos se mistura com tão grande nojo, que faz ficar em tristeza.³⁴

Para D. Duarte, a saudade pode ter um caráter negativo, quando feita da “tristeza e do nojo”, ou um caráter positivo, quando composta “daquelas cousas que o homem praz que sejam”. Foi também este monarca português o primeiro a entender o vocábulo “saudade” como intraduzível em qualquer outra língua. Teoria que, embora muito repetida, hoje sabemos ser equivocada, como ressalta a ilustre Carolina Michaëlis de Vasconcelos, em sua pesquisa sobre a *saudade* como tema literário em Portugal:

É inexacta a ideia que outras nações desconheçam esse sentimento. Ilusória é a afirmação (já quase quatro vezes secular), que mesmo o vocábulo Saúdade –

³² SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*. 17. ed. Porto: Porto Editora, 1996, p.112.

³³ SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*. 17. ed. Porto: Porto Editora, 1996, p.113.

³⁴ DUARTE. "Do nojo, pesar, desprazer, avorrecimento e suidade". In. BOTELHO, Afonso; TEIXEIRA, António Braz. *Filosofia da Saudade*. Vila da Maia: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p.14.

mavioso nome que tão meigo soa nos lusitanos labios – não seja sabido dos Bárbaros estrangeiros (estrangeiro e bárbaro são sinónimos), não tenha equivalente em língua alguma do globo terráqueo e distinga unicamente a faixa atlântica, faltando mesmo na Galiza e além-Minho.³⁵

Adiante, a filóloga continua seu estudo ressaltando um outro aspecto: o chamado *morrer de amor*. Nestes termos, destaca:

A saudade e o *morrer de amor* (outra face do mesmo prisma de terna afectividade e da mesma resignação apaixonada) são realmente as sensações que vibram nas melhores obras da literatura portuguesa, naquelas que lhe dão nome e renome. Elas perfumam o meio livro de Bernardim Ribeiro e os livros que estilisticamente derivam dele, como a *Constelação de Israel* de Samuel Usque, e as *Saudades da Terra* de Gaspar Frutuoso. Perfumam as *Rimas* de Camões e os episódios e as prosopopéias dos *Lusíadas*. – Perfumam as *Cartas da Religiosa Portuguesa* e as criações mais humanas de Alemeida Garrett, a Joanhinha dos olhos verdes e as figuras todas de *Frei Luís de Sousa*. Não faltam no cancionero do povo; nem já faltavam, na sua face arcaica, nos reflexos cultos da musa popular que possuímos, isto é nos cantares de amor e de amigo dos trovadores galego-portugueses, no período que se prolongou até os dias de Pedro e Inês.³⁶

Foi justamente no episódio de Inês de Castro que a Literatura encontrou a *saudade* como mito cultural. É pela saudade que se evoca a memória de figuras míticas como imagens identitárias da cultura nacional. Daí convivem no imaginário português as imagens do país senhor dos mares; do sonho profético e messiânico de um país “predestinadamente colonizador e oniricamente imperial”; de D. Sebastião, desaparecido em Alcácer-Quibir e esperado como aquele que reerguerá o reino português; de Camões, como grande herói do povo lusitano e – por que não? – de Inês de Castro, mitos que fazem da saudade o seu galardão.

Pedro e Inês de Castro constituem, pois, um dos grandes mitos da cultura portuguesa. Integram o imaginário português como símbolos do amor que se concretiza na saudade, a partir da morte daquela que poetas e trovadores cognominaram “colo de garça”. A figura trágica de Inês de Castro – personagem histórica ou aquela que é “pintada” pelos artistas – é a assunção e materialização desse sentimento que caracteriza o povo português. Foi necessária a morte para que algo maior que a vida pudesse nascer: a saudade como mito.

Dalila Pereira da Costa vê no sentimento gerado do episódio inesiano a manifestação de uma história pátria, que traz à luz a saudade como condição

³⁵ VASCONCELOS, Carolina Michaëlis. *A saudade portuguesa*. Lisboa: Guimarães, 1996, p.31.

³⁶ VASCONCELOS, Carolina Michaëlis. *A saudade portuguesa*. Lisboa: Guimarães, 1996, p.33.

dramática da existência e, ao mesmo tempo, redentora. É um conhecimento “de experiência feito”, nas palavras da autora:

No amor, dois amantes ultrapassarão a vida limitada de seus anos terrestres e a levarão até à consumação do tempo, como eternidade: como limite máximo do mundo e vida. No conhecimento, um povo rebentará nos limites dum século da sua história (e cada um dos seus homens nos limites da sua vida própria) os limites postos ao mundo conhecido, como Terra, abraçando-a circularmente, desvendando-a e possuindo-a num enlace e súbita iluminação, total. Na sua história, mas nela carnalmente, dramaticamente, por cada vida dum desses homens e todos juntos e unidamente, então rebentando o que surge como o possível concedido à força humana.

Será essa exigência última, a um tempo existencial e cognitiva, porque sempre do saber como vivência, o impossível sendo a dimensão da tensão que se põe no arco para o desfecho da seta – , o que informa a história pátria: como existência terrestre dum ser coletivo.

Um caminhante em passagem aqui sobre a terra, ser finito e em trânsito, mas que para ela, sobre ela, trouxe uma medida do céu, como medida sem medida – a que humanamente se chama o impossível.³⁷

É verdade que muito antes, na Literatura Portuguesa, houve D. Denis e os cantares d’amigo, D. Sancho e o “gran cuidado”, D. Duarte e toda a concepção da idéia de *saudade*; a lírica camoniana e toda a presença desse sentimento que é irmão do amor; o mito sebastianista e o tão desejado regresso de um rei. E muitos outros, que aqui não nomeamos. Parece-nos, afinal, que é nos amores de Pedro e Inês que a Saudade emerge como algo além de um sentimento nacional: um sentimento vital.

Mostramo-nos tributários da configuração da Saudade tal como é postulada por Teixeira de Pascoaes, formulação, aliás, que muito interessa para nossa discussão:

Saudade é o desejo da Causa ou Criatura amada, tornado dolorido pela ausência. O Desejo e a Dor fundidos num sentimento dão a saudade. Mas a Dor espiritualiza o Desejo, e o Desejo por sua vez materializa a Dor. O Desejo e a Dor penetram-se mutuamente, animados da mesma força vital e precipitam-se depois num sentimento novo, que é a Saudade.³⁸

A saudade, para Pascoaes, atinge uma dimensão ontológica e metafísica. Este amálgama de Dor e Desejo confere ao homem a consciência de finitude, de imperfeição e de insuficiência. Como experiência individual e coletiva, a saudade

³⁷ COSTA, Dalila L. Pereira da. “Saudade: unidade perdida, unidade reencontrada”. In. *Introdução à Saudade*. Porto: Lello & Irmão, 1976, p.97.

³⁸ PASCOAES, Teixeira de. *A saudade e o saudosismo*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1988. p. 47.

é uma forma de conhecimento-vivência do povo português, sendo uma maneira de recuperação, de resgate de um passado histórico glorioso ou suficientemente trágico que se converterá em objeto estético, cuja importância é, ao mesmo tempo, moral e afetiva para a nação.

Questões como “identidade cultural”, “alma nacional”, “sentimento português”, têm sido, por vezes, postas em xeque, por serem consideradas discussões que se pautam em visões de mundo demasiado marcadas historicamente. A verdade, parece-nos, é que a Saudade se instaura como elemento da mitologia nacional lusófona. Para Eduardo Lourenço, “habitados a tal ponto pela saudade, os portugueses renunciaram a defini-la. Da saudade fizeram uma espécie de enigma, essência do seu sentimento da existência, a ponto de a transformarem num *mito*”.³⁹ A Saudade é, portanto, uma “palavra-mito” do povo português, uma espécie de “brasão da sensibilidade nacional”, sendo uma forma de reescritura da nacionalidade portuguesa.

Ainda, segundo o ensaísta, a saudade – tanto quanto a nostalgia e a melancolia – configura-se como um modo de *ser* e de *interpretar* o mundo.

A melancolia visa o passado como definitivamente passado e, a esse título, é a primeira e mais aguda expressão da temporalidade, aquela que a lírica universal jamais se cansará de evocar. A nostalgia fixa-se num passado determinado, num lugar, num momento, objetos de desejo fora do nosso alcance, mas ainda real ou imaginariamente recuperável. A saudade participa de uma e de outra, mas de uma maneira tão paradoxal, tão estranha – como é estranha e paradoxal a relação dos portugueses com o “seu” tempo – que, com razão, se tornou num labirinto e num enigma para aqueles que a experimentam como o mais misterioso e o mais precioso dos sentimentos.⁴⁰

Seja a partir de um estudo lingüístico, psicológico, mítico, teológico ou histórico, a saudade parece querer significar sempre uma recordação de coisas ou pessoas distantes, que vem acompanhada de uma ânsia de tornar a vê-las ou de possuí-las. A saudade é, outrossim, uma espécie de presença na solidão de si mesmo. Iluminação e ilusão, encontro e separação. É epifania, revelação da essência do homem e do mundo. É a mediadora entre passado e futuro, terra e céu,

³⁹ LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da Saudade seguido de Portugal como Destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 31.

⁴⁰ LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da Saudade seguido de Portugal como Destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 13.

morte e vida, homem e Deus. Mágoa cheia de luto, é capaz de unir pela dor da separação. Presença de uma ausência, é o elo inefável entre o eu e o outro.

Almeida Garrett, belissimamente a define nos versos de *Camões*, nestes termos:

Saudade! gosto amargo de infelizes
 Delicioso pungir de acerbo espinho,
 Que me estás repassando o íntimo peito
 Com dor que os seios d'alma dilacera.
 – Mas dor que tem prazeres – Saudade!
 Misterioso númen que avientas
 Corações que estalaram, e gotejam
 Não já sangue de vida, mas delgado
 Soro de estanques lágrimas – Saudade!
 Mavioso nome que tão meigo soas
 Nos lusitanos lábios, não sabido
 Das orgulhosas bocas dos Sicambros
 Destas alheias terras – Oh Saudade!⁴¹

A alma portuguesa é feita de Saudade. Espera-se pelo dia do Nevoeiro, depois do qual haverá de reinar novamente a glória do Portugal dos Descobrimentos. Espera-se pelo fim do mundo, dia em que D. Pedro e Inês de Castro haverão de se levantar dos seus túmulos e cumprir a profecia de amor e saudade. A alma portuguesa é feita de sonhos, exprimindo o passado que foi e o futuro que nunca será. Paradoxo sem o qual a alma portuguesa não seria portuguesa. Por isso, olha-se para trás. Porque recordar é trazer ao coração. Este que é o *locus nascendi* da esperança de uma Nação.

Como não poderia deixar de ser, a temática da saudade penetra a música portuguesa. Conhecida é a canção *Coimbra*, composição de Raul Ferrão e letra de José Galhardo. Trata-se, aliás, de uma das canções portuguesas mais cantadas e é a mais traduzida, viajando com o nome de *Avril au Portugal – Abril em Portugal*.

Coimbra do Choupal
 ainda és capital
 Do amor em Portugal, ainda...

Coimbra onde uma vez
 Com lágrimas se fez
 A história dessa Inês, tão linda

Coimbra das canções
 Tão meigas que nos pões

⁴¹ GARRETT, Almeida. *Camões*. Lisboa: Livreria Popular Francisco Franco, 1946, p.1-2.

Os nossos corações à luz

Coimbra dos doutores
P'ra nós os seus cantores
A fonte dos amores és tu

Coimbra é uma lição de sonho e tradição
O lente é uma canção e a lua a faculdade
O livro é uma mulher só passa quem souber
E aprende-se a dizer saudade⁴²

Tão bela quanto *Coimbra é a Formosa Inês*, com letra de Rosa Lobato de Faria, para música de Mário Pacheco. Canção, aliás, profundamente lírica, no sentido mais profundo de lirismo, em que está presente boa parte dos fatos que envolvem os amores de Pedro e Inês: a razão de Estado, a tragédia, o desvario do Rei, a trasladação, a coroação de Inês como Rainha:

Antiga como a sina dos amantes
A audácia de morder o infinito
Acesa pelas noites delirantes
Paixão que se fez lenda e se fez mito

Depois foram razões que o Reino tece
Foi o dia mais triste, o mais maldito
A espada ao alto erguida e foi a prece
Amor desfeito em sangue... e foi o grito

D. Pedro desvairado brada e clama
Leva de terra em terra a sua amada
Não tem morada certa pois quem ama
Saudade tem por única morada

Da morta fez rainha porque é louco
Porque é amante e rei e português
E eu que te cantei e sou tão pouco
Também te beijo a mão, formosa Inês⁴³

⁴² José Galhardo para música de Raul Ferrão. A canção foi ouvida pela primeira vez no filme *Capas negras* (1947). Cf. SOUSA, Maria leonor Machado de. *Inês de Castro: um tema português na Europa*. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 421.

⁴³ Rosa Lobato de Faria, para música de Mário Pacheco. Paulo Bragança no disco “Notas sobre a alma”, 1992.

Inês e Pedro, evocados do coração do tempo como elementos da memória nacional portuguesa, permanecem – mais que mitos – enigmas de uma forma de pensar a existência. Alfa e Ômega, vive este amor para além dos tempos. Nascidos da Saudade, Inês e Pedro são eternos.